

Community and the Process of Building Inclusive Practices in Early Intervention

Joaquim Gronita¹, Ana Cristina Bernardo², Júlia Serpa Pimentel³, Joana Marques² & Cátia Matos²

Universidade Aberta; Serviço Técnico de Intervenção Precoce da Cercizimbra¹; Cooperativa Torreguia²;
Instituto Superior de psicologia Aplicada - Unidade de Investigação em Psicologia Cognitiva do
Desenvolvimento e Educação³

Abstract

The research/action project “Early Intervention: the process of building and implementing good practices”, in a resource-based approach and within an ecological framework, ensured that all community resources and partners were involved in finding, implementing and developing adequate responses to meet the needs of children and families.

After the financial and human resources needs of the EI team were responded, an evaluation study was carried on during the 3 years of the project.

Inclusive practices in Early Intervention were felt as part of community responsibility and, within a dynamic research/action process, some of the EI projects and responses that had been implemented with project funding could be continued through community funding.

The research/action project had a positive impact on the development of the EI team under evaluation, not only on its internal organization and functioning but also on its relation with the community structures and support to children and families. Its results and products are a valuable contribution to Portuguese Early Intervention programs.

Key-words: Early Intervention, Community Development, Inclusion, Resources.

A Comunidade e o Processo de Construção de Práticas Inclusivas no Âmbito da Intervenção Precoce

Resumo

Transcendendo as dimensões criança, família, recursos e serviços prestados, o Projecto “O processo de construção de boas práticas” consubstanciou a Intervenção Precoce (I.P.) numa perspectiva ecológica, envolvendo parcerias sociais que se co-responsabilizaram para definir, financiar e acompanhar este projecto ao longo de três anos.

Assegurado o pleno funcionamento de uma equipa de I.P., foram eliminadas as necessidades expressas e procedeu-se a um estudo avaliativo específico e intrínseco ao Projecto.

As práticas inclusivas em intervenção precoce foram apropriadas como responsabilidade comunitária e social, num processo dinâmico *de Investigação-Acção* que, findo o Projecto, garantiu a continuidade de respostas entretanto proporcionadas.

O impacto do Projecto manifestou-se muito positivo, no desenvolvimento da equipa de I.P., nos seus aspectos organizativos e de funcionamento, na sua relação com a comunidade de pertença e com as crianças e famílias, em particular.

As conclusões e produções do Projecto constituem uma mais valia para a Intervenção Precoce em Portugal.

Palavras-Chave: Intervenção Precoce, Desenvolvimento Comunitário, Inclusão; Recursos.

Introdução

O movimento em prol da implementação da Intervenção Precoce (I.P.) em Portugal teve a sua origem no final da década de 80 e consolidou-se na década seguinte, com a proliferação de novas equipas de intervenção precoce espalhadas por várias zonas do país. Espelhando a evolução internacional, verificou-se uma redefinição teórica e metodológica deste tipo de práticas (Gronita, 2008).

A preocupação com a qualidade neste tipo de serviços, fez emergir alguns estudos em Portugal, mais focalizados no estudo das percepções e da satisfação tanto dos principais prestadores de cuidados à criança como dos profissionais (Veiga, 1995, Bairrão & Almeida, 2002, Cruz, Fontes & Carvalho, 2003, Martins, 1999, Pimentel, 2005, Gronita, J. Bernardo, A., Marques, J. & Matos, C., 2006b, Almeida, 2008).

No entanto, às características multifacetadas deste tipo de intervenção, nomeadamente no que respeita às características e necessidades identificadas em relação à criança, à família e à comunidade, tem sido apontada a necessidade de corresponder com uma avaliação também assente numa multidimensionalidade de aspectos (Bailey, 2001, Hauser-Cram Warfield, Upshur & Weisner, 2000, Gronita et al., 2006a, 2006b).

Por outro lado, a forte inspiração no modelo norte-americano, com reflexos ao nível da legislação portuguesa e ao nível das práticas implementadas, tem acontecido sem a conveniente avaliação da sua adequabilidade à realidade e cultura portuguesa (Bairrão e Almeida, 2002), constituindo este aspecto recomendação para avaliações futuras (Gronita et al., 2006^a, 2006b, 2008).

Considerando também as recomendações teóricas, decorrentes da investigação internacional, a intervenção precoce descentralizou-se exclusivamente da criança para se focar na família (Bambring, 1996), passando a ter em conta os vários factores que influenciam o desenvolvimento da criança (Felgueiras, 1997, 2000), implicando a criação de uma rede de suporte informal e formal de apoio às famílias (Flores, 1999, Dunst, cit. Almeida, 2000, Dunst & Bruder, 2002).

Aludindo a Dunst e Trivette (1994), Flores (1999) sugere que a maioria dos programas de apoio à família enfatiza o suporte comunitário, isto é, promovendo a troca de recursos e apoios que configurem a assistência necessária ao aumento ou manutenção do bem estar dos indivíduos, da família e da comunidade.

Com uma perspectiva holística, Gronita (2008) acrescenta que a I.P. tem como principal objectivo contribuir para a potencialização de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, uma sociedade para todos. Decorrente deste entendimento, a intervenção dos profissionais deverá assentar simultaneamente num vector global com objectivos dirigidos à comunidade e outro vector específico com objectivos específicos, focalizados e delineados ao longo do desenvolvimento da criança e da evolução familiar.

Em 1996, o mesmo autor, considera que a interacção e o envolvimento da comunidade nos programas e serviços de intervenção precoce não pode ser associado a uma acção final. Isto é, deverá começar logo no início na definição das ideias, na concepção dos projectos. Desta forma, a comunidade é encarada como um parceiro e não como um utente ou um destinatário e tem mais probabilidade de desenvolver um sentimento de pertença aos processos em que se envolve.

O nível de envolvimento e de participação acima descrito caracteriza a comunidade de Sesimbra onde, mais uma vez, alguns dos seus actores sociais corresponderam ao desafio levado a cabo pela Cooperativa TorreGuía e pela Fundação Calouste Gulbenkian consolidando-se uma parceria que envolveu também a Cercizimbra-Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Sesimbra, a Câmara Municipal de Sesimbra e o Rotary Club de Sesimbra. Mais tarde a comunicação social local desempenhou o seu papel de aglutinador do envolvimento comunitário tão desejado.

A parceria referida visou dar resposta às necessidades manifestadas pelos diferentes parceiros: (1) consolidar e intensificar parcerias, (2) atender um maior número de crianças/famílias, (3) melhorar a qualidade do apoio prestado, (4) aumentar o número de actividades de carácter preventivo, (5) avaliar todo o processo e a construção de boas práticas.

Com o estudo intitulado “O Processo de Construção de Boas Práticas”, pretendia-se desenvolver um processo de selecção, recolha e interpretação de informação que permitisse emitir juízos ou tomar decisões, com vista a identificar modelos, procedimentos e respostas de qualidade, adequados à realidade e características da população atendida.

Pretendia-se que o projecto beneficiasse directamente os profissionais da equipa do Serviço Técnico de Intervenção Precoce da Cercizimbra (STIP), assim como as famílias e crianças que seriam acompanhadas pela equipa do STIP, ao longo dos 3 anos. Pretendia-se também que, após a sua conclusão, fosse uma mais valia para as diferentes

Equipas de Intervenção Precoce e, desta forma, viesse a beneficiar as crianças e famílias utentes dos diversos serviços de I.P. a nível nacional.

Os objectivos gerais acordados foram:

- Contribuir para a promoção da saúde, bem estar e qualidade de vida das famílias com crianças dos 0 aos 6 anos, que evidenciem problemas de desenvolvimento ou que se encontrem em risco de atraso de desenvolvimento;
- Aumentar os recursos materiais e humanos da equipa de Intervenção Precoce envolvida;
- Promover a avaliação de diferentes metodologias de intervenção no âmbito da Intervenção Precoce;
- Contribuir para a definição de boas práticas ao nível da Intervenção Precoce.

Decorrentes destes objectivos gerais foram também definidos os seguintes objectivos específicos:

- Assegurar o pleno funcionamento da equipa de Intervenção Precoce da Cercizimbra;
- Promover a articulação inter-institucional no âmbito da Intervenção Precoce na zona geográfica em análise;
- Identificar necessidades de formação de forma a potenciar as competências dos profissionais de Intervenção Precoce;
- Promover a avaliação da metodologia de intervenção desenvolvida, em articulação com uma equipa externa de investigação;
- Assegurar a divulgação dos resultados obtidos junto dos diversos serviços de Intervenção Precoce a funcionar a nível nacional, com vista à disseminação de boas práticas ao nível da Intervenção Precoce.

Este projecto consubstanciou a I.P. numa perspectiva ecológica, envolvendo parcerias sociais que se co-responsabilizaram para definir, financiar e acompanhar este projecto, assegurando o pleno funcionamento de uma equipa de I.P., eliminando as necessidades expressas e procedendo a um estudo avaliativo específico e intrínseco ao Projecto que visa a promoção e a identificação de boas práticas em intervenção precoce, assim como o estudo do seu processo de construção.

Método

Numa dialéctica promotora de desenvolvimento, o projecto foi definido, envolvendo todos os parceiros, inclusivamente a entidade avaliada, através da sua Direcção e da coordenação do STIP.

Considerando o levantamento de necessidades identificadas pelo STIP e pelos seus parceiros da comunidade, foram afectos os recursos materiais, humanos e financeiros para o pleno funcionamento da equipa de I.P. e para o desenvolvimento de práticas inclusivas.

Foi também implementado um estudo avaliativo que constituiu uma resposta às necessidades manifestadas por dois dos parceiros acima referidos - entre os quais a entidade promotora do serviço - e que mereceu a aprovação e financiamento dos restantes parceiros. Assim, poderemos considerar assegurado um dos pressupostos decorrentes dos trabalhos efectuados por Hauser-Cram, Warfield, Upshur e Weisner (2000): a realização de um estudo avaliativo deve corresponder a um desejo dos financiadores e gestores do programa. Os outros pressupostos também foram assegurados, nomeadamente o facto de que os profissionais envolvidos, a coordenadora do serviço e os profissionais que prestam serviços directos partilharem o desejo de realizar este estudo avaliativo, estando até essa intenção expressa no seu Plano de Actividades. Por último, foi ainda possível confirmar a existência de acordo relativamente ao tipo e objectivos da avaliação a implementar.

Foram também previstos momentos em que a equipa de avaliação iria proceder à devolução de resultados parcelares do estudo de avaliação que incorporou o projecto, de forma a garantir que os diferentes profissionais envolvidos tomassem consciência dos aspectos das suas práticas que poderiam vir a ser objecto de reflexão e mudança, de acordo com as Práticas Recomendadas em Intervenção Precoce identificadas pela Division for Early Childhood (Sandall, Hemmeter, Smith, & Mclean, 2005) e que se considerassem adaptadas à realidade e cultura portuguesa.

Numa perspectiva ecológica, foram delineados diferentes aspectos enquanto objectivos deste estudo: avaliação das crianças, famílias, serviço, programa e comunidade. Assim, e face a esta diversidade, importou definir diferentes métodos, diferentes instrumentos e diferentes participantes (profissionais, famílias e crianças).

Tendo ainda em conta a diversidade de tarefas, foi necessário constituir uma equipa de avaliação, externa ao serviço, sediada num dos parceiros do projecto, baseando a sua recolha de dados numa observação participada.

Participantes e Destinatários

O projecto foi direccionado no sentido de produzir alguns efeitos no que se entendeu serem os seus beneficiários directos e indirectos. Assim todas as acções foram implementadas directamente junto da equipa do Serviço Técnico de Intervenção Precoce da Cercizimbra, o STIP, bem como junto dos seus profissionais, crianças e famílias apoiadas. A focalização num único serviço permitiu um grau de investimento e aprofundamento mais intenso e pormenorizado das suas práticas.

Foram ainda envolvidos directamente no projecto e, mais concretamente, no estudo avaliativo concebido, diversos profissionais que com o STIP articulam directa ou indirectamente. Poderão aqui ser referidos educadores ou outros prestadores de cuidados, bem como outros profissionais da área da saúde ou intervenção social que interagiram com as crianças ou famílias.

Numa lógica de divulgação dos dados e instrumentos agora criados, a equipa responsável pela implementação do projecto continua a equacionar como destinatários também as diversas equipas de intervenção precoce que a nível nacional se interessem pelas temáticas abordadas no actual Projecto.

Crianças e Famílias serão certamente os beneficiários últimos de uma e qualquer melhoria que possa ter sido trazida pelos dados e reflexões que aqui se apresentam.

Podemos considerar a Equipa do STIP como os primeiros participantes neste Projecto

Profissionais	2005-06	2006-07	2007-08
Psicólogos	3*	3*	3*
Técnica de Política Social	1*	1*	1*
Terapeuta Ocupacional	1	1	1

Terapeutas da Fala	3	3	2**
Técnicas Superiores de Educação Especial e Reabilitação	2*	2*	2*
Educadora	1***	2***	1 ****
Animadora Sócio-Cultural	1	-	-

Quadro nº1. Profissionais integrando a equipa do STIP ao longo dos 3 anos do projecto

* Dos profissionais assinalados, quatro têm formação em Terapia Familiar.

** 1 desde o início do projecto e 1 nova a partir de 2007-08;

*** colocadas pelo Ministério da Educação; **** do quadro da Cercizimbra

A coordenação da equipa foi sempre assegurada por uma das Técnicas Superiores de Educação Especial e Reabilitação (TSEER).

Conforme descrito no quadro nº 1, ao longo do estudo houve alterações na constituição da equipa do STIP que foram importantes para o estudo avaliativo pela repercussão que tiveram na dinâmica da equipa.

- Crianças/famílias

No início de cada ano lectivo verifica-se uma alteração acentuada da população atendida pelo serviço, isto é, algumas famílias iniciam o atendimento e outras deixam de ser acompanhadas (devido ao ingresso no 1º ano do ensino básico, por volta dos 6 anos de idade, e ao ingresso pela primeira vez de crianças em creches e jardins de infância).

No ano lectivo 2005-06, foram atendidas no âmbito das respostas de prevenção secundária do STIP 62 crianças, das quais apenas 52 foram abrangidas pelo projecto. No ano lectivo 2006/2007 estiveram em atendimento no STIP 69 crianças (das quais 35 iniciaram atendimento nesse ano lectivo), tendo sido abrangidas pelo projecto apenas 52. No ano lectivo 2007/2008 estiveram em atendimento no STIP 45 crianças (das quais 11

iniciaram atendimento no STIP nesse ano lectivo) e foram abrangidas pelo projecto 39 crianças.

	C. Estabelecida		Risco Biológico		Risco Envolvimental		Ema avaliação		Total	
	05-06	06-07	05-06	06-07	05-06	06-07	05-06	06-07	05-06	06-07
0-3 anos	7	7	3	4	1	1	0	0	10	12
4-6 anos	11	10	4	6	17	16	4	5	36	37
7 anos	3	2	1	0	1	1	0	0	5	3
Total	21	19	8	10	19	18	4	5	52	52

Quadro nº2. Número de crianças apoiadas por tipo de situação de risco e por idade

No quadro nº 2 caracterizamos as crianças que foram abrangidas pelo projecto nos anos lectivos 2005-06 e 2006-07.

Comunidade

No quadro nº3 apresentamos o número de profissionais e famílias que responderam a diversos instrumentos que foram construídos no âmbito do projecto e que pretendem avaliar o acompanhamento dado pelos profissionais de outros recursos da Comunidade às crianças e famílias atendidas no STIP.

QUESTIONÁRIO OUTROS
PROFISSIONAIS

QUESTIONÁRIO ELEMENTO
SINALIZADOR

	Profissionais de saúde	Profissionais de Educação	Família	Profissionais
Enviados	28	14	13	51
Recebidos	16 (57,1%)	12 (85,7%)	5 (38,4%)	37 (72,5%)

Quadro nº3. Número e percentagem de famílias e profissionais de outros serviços que participaram no estudo

Procedimentos

Visando um dos principais objectivos deste projecto, foi reforçado o estabelecimento e, posteriormente, a consolidação das parcerias necessárias para a implementação e manutenção dos resultados obtidos.

Ainda numa fase de preparação do projecto e numa perspectiva de desenvolvimento comunitário, os parceiros sociais foram envolvidos de forma a serem criados consensos, relativamente às necessidades de recursos humanos e materiais que promovessem um serviço eficaz e de qualidade e que colmatassem as necessidades identificadas.

Este processo foi levado a cabo pela coordenação do STIP que promoveu uma reunião de trabalho para uma auscultação próxima a um número elevado dos seus parceiros sociais, tendo envolvido os serviços da área da educação, de saúde e acção social, o que permitiu a recolha de diferentes pontos de vista.

Numa fase seguinte, foram analisadas e tratadas as diversas sugestões, tendo estas sido incluídas no projecto.

Ainda numa fase de concepção do Projecto, numa perspectiva de articulação em rede e enquanto parceira da Cercizimbra, a Cooperativa TorreGuia disponibilizou os seus recursos no sentido de otimizar a capacidade de resposta do STIP, não se assumindo como mais uma equipa de Intervenção Precoce, mas antes respeitando todas as parcerias já implementadas entre as organizações locais.

Para eliminar a variável “falta de recursos”, aquando da avaliação dos resultados do estudo, foram envolvidos diferentes parceiros no projecto de forma a financiarem e, conseqüentemente, colmatarem aquelas lacunas.

Com o início do projecto, estas parcerias foram formalmente estabelecidas, acordados procedimentos de articulação, papéis e funções no projecto e a equipa do STIP viu, assim, esbatidas ou mesmo eliminadas as suas dificuldades financeiras em termos de formação, de recursos materiais e pedagógicos e ainda em termos de recursos humanos.

No início de implementação do projecto, em 2005, o estudo de avaliação foi apresentado a todos os profissionais do STIP, que reforçaram o interesse na sua realização.

Em continuidade da interrelação estabelecida com os seus parceiros sociais do STIP, foi definida, como estratégia de intervenção comunitária, a devolução dos resultados deste levantamento e da forma como as suas sugestões foram introduzidas na elaboração do projecto e/ou como constituíram objectivos de intervenção.

Em Maio de 2006, procedeu-se à apresentação pública do projecto, reforçando a participação dos seus parceiros e das entidades que tinham colaborado no levantamento de necessidades. Esta apresentação foi alvo de interesse pela comunicação social local que com os seus meios, deu nota quer do projecto quer da própria intervenção do STIP. Assim, para além da devolução dos resultados aos parceiros sociais do STIP, esclareceu-se e divulgou-se também junto da comunidade as necessidades identificadas e a estruturação da intervenção para a sua resolução.

No âmbito do processo de implementação da avaliação e acompanhamento da equipa do STIP, após a definição das questões de investigação, a equipa de avaliação dedicou-se numa fase inicial à pesquisa, apropriação e definição das metodologias, estratégias e instrumentos que mais se adequavam às necessidades do projecto. A diversidade destas necessidades e dos aspectos metodológicos do estudo conduziu à articulação com diversos docentes do ensino superior, o que se estendeu e consolidou ao longo de todo o projecto.

Seguidamente, procedeu-se à identificação dos participantes e à definição de um cronograma de acção, com o envolvimento da coordenadora do STIP na sua implementação.

Ao longo do projecto, houve uma preocupação constante em consolidar as parcerias já estabelecidas, assim como procurar o estabelecimento de novas parcerias.

Afectação de Recursos

Os diferentes parceiros do Projecto procederam ao seu acompanhamento e financiamento. Conforme as necessidades, foram-se procedendo a pequenos desvios que quando tiveram implicações financeiras foram sendo sanadas pelos parceiros iniciais e/ou por outros parceiros, entretanto envolvidos.

Das diferentes parcerias estabelecidas e no que respeita aos recursos humanos, foram contratados para integrar a equipa da TorreGuia:

- Uma psicóloga, com o objectivo de desenvolver actividades no âmbito do processo de avaliação e identificação de boas práticas junto da equipa do STIP;
- Uma estagiária profissional (segundo semestre do ano de 2006). Em 2007, o estágio profissional deu origem a um contrato de trabalho que se manteve até à elaboração do relatório final do Projecto, em Dezembro de 2008.

Com o apoio da Unidade de Investigação do ISPA foi assegurada a contratação de três licenciadas para a execução de tarefas muito específicas como a de análise documental. Através do Centro de Emprego de Cascais foi efectuada, a partir de Junho de 2007, até Março de 2008 a participação de uma funcionária administrativa através da candidatura a um Programa Ocupacional de Subsidiados que permitiu o apoio na transcrição de dados recolhidos através de entrevista e que, posteriormente, foi mantida até final de 2008, igualmente com um financiamento da Unidade de Investigação do ISPA.

Para o reforço da equipa do STIP foram contratados:

- Uma psicóloga; uma terapeuta da fala; e uma animadora, de modo a ser alcançado o pleno funcionamento desta equipa;
- Um supervisor para apoio no âmbito das dinâmicas da equipa.

No que diz respeito aos recursos humanos da equipa do STIP, houve uma mudança ao nível dos profissionais contratados, devido ao pedido de demissão, no final do ano lectivo 2005-2006, da Animadora Sócio-Cultural. A sua substituição foi efectuada por um Terapeuta Ocupacional, tendo em conta a actualização das necessidades da equipa.

Pode-se assim considerar que, ao longo dos três anos, o projecto assegurou a dotação da equipa do STIP com os profissionais entendidos como necessárias para um funcionamento de qualidade e para colmatar as necessidades do concelho.

À semelhança dos recursos humanos, foram identificados no levantamento efectuado diversos recursos materiais imprescindíveis para garantir a execução do projecto, de um modo geral, e para constituir as condições materiais ideais para o STIP e a sua equipa. Estes recursos materiais foram sendo afectos ao STIP e à equipa de avaliação externa ao longo do projecto.

A apropriação de alguns materiais e da sua utilização foi complementada com o plano de formação que os recursos financeiros do Projecto também permitiram.

Estes recursos financeiros vieram ainda permitir a divulgação do serviço e das suas acções, assim como o lançamento de um novo logótipo, com a renovação da imagem do serviço.

Estudo avaliativo do STIP

Visando o estudo do processo de construção de boas práticas, foi constituída uma equipa de avaliação externa ao STIP.

Traduziram-se, adaptaram-se e construíram-se diversos instrumentos para dar resposta a este objectivo.

Considerou-se imprescindível proceder à tradução da Listagem de Práticas Recomendadas em Intervenção Precoce, identificadas pela Division for Early Childhood (Sandall, Hemmeter, Smith, & Mclean, 2005), de forma a proceder ao estudo avaliativo, por referência às práticas internacionalmente recomendadas.

Uma vez definidos os instrumentos e programada a calendarização da sua aplicação, os responsáveis pela investigação procederam à formação dos profissionais que efectuaram a recolha de dados entre Janeiro de 2006 e Junho de 2008, proporcionando-lhes o domínio e a apropriação dos instrumentos.

No início do estudo de avaliação e uma vez que pela metodologia utilizada pelo STIP se previa que o contacto com os pais fosse efectuado pelos diferentes profissionais “responsáveis de caso”, a equipa de investigação distribuiu um “Guião para os Técnicos de Intervenção Precoce”, no sentido de garantir uma uniformidade da informação passada

às famílias, relativamente ao conhecimento dos objectivos do estudo e solicitando o seu consentimento informado.

A equipa de avaliação foi acordando com a coordenação do serviço avaliado momentos nos quais se procedeu à devolução dos resultados preliminares do estudo. Com este procedimento, pretendia-se a tomada de consciência por parte dos profissionais do STIP dos aspectos que, segundo as práticas recomendadas deveriam ser alvo de reflexão e, posteriormente, alvo de tomada de medidas para se proceder à alteração das mesmas, sempre que tais recomendações se adaptassem à realidade e cultura portuguesa.

Resultados

Organizações públicas e privadas associaram-se numa parceria e dinâmica comunitária para proporcionar os recursos necessários para que a equipa do STIP pudesse implementar uma intervenção de qualidade, contemplando as diferenças culturais portuguesas e da comunidade onde se insere e para proceder à avaliação do seu processo de construção.

A qualidade dos serviços prestados foi uma preocupação social dos diversos parceiros que se agregaram numa colaboração para definir, financiar e acompanhar este projecto. Foi, assim, assegurado o pleno funcionamento da equipa de Intervenção Precoce da Cercizimbra; promovida a articulação inter-institucional no âmbito da Intervenção Precoce na zona geográfica em análise; identificadas as necessidades de formação de forma a potencializar as competências dos profissionais de Intervenção Precoce; promovida a avaliação da metodologia de intervenção desenvolvida, em articulação com uma equipa externa de investigação para a avaliação do programa; e assegurada a divulgação dos resultados obtidos, com vista à disseminação de boas práticas ao nível da Intervenção Precoce.

Evidenciam-se várias conclusões a partir do impacto do projecto no STIP.

Em primeiro lugar, importa concluir que as acções do Projecto foram implementadas directamente junto da equipa do STIP, de cada um dos seus profissionais, das crianças e das famílias apoiadas, através de um acompanhamento prolongado e próximo, isto é com a presença efectiva da equipa de avaliação no espaço físico do serviço avaliado.

Foram ainda envolvidos directamente no projecto, e mais concretamente no estudo avaliativo concebido, diversos profissionais que com o STIP articulam directa ou indirectamente.

Este envolvimento foi também direccionado para a apropriação de conhecimento científico actualizado, nomeadamente ao nível metodológico e de áreas específicas do saber, garantido de uma forma geral pela supervisão científica do projecto, mas também sempre que a especificidade das questões o implicavam, com diversos docentes e investigadores portugueses.

Verificaram-se também novas relações entre profissionais e serviços da comunidade, que revelam a consolidação ou estabelecimento de novas parcerias, nomeadamente com organismos públicos de intervenção local com acção relevante no âmbito da intervenção precoce.

O Projecto proporcionou uma nova dinâmica comunitária, evidenciando-se uma maior projecção do serviço junto dos seus parceiros sociais, sendo-lhe atribuído um papel de relativa centralização, no que respeita às problemáticas das crianças, famílias e na detecção precoce de situações de risco. Por outro lado, registou-se uma maior cooperação nas actividades e projectos desenvolvidos no âmbito da Intervenção Precoce.

Assim, das diversas acções desenvolvidas evidencia-se uma estreita articulação de parceria entre todas as entidades envolvidas na implementação do projecto, assim como das entidades parceiras do STIP.

As necessidades identificadas ao nível dos recursos humanos foram colmatadas e actualizadas ao longo do projecto. Com esta actualização a eliminação da variável “falta de recursos humanos” foi reforçada.

Foram também correspondidas as necessidades apontadas ao nível dos recursos materiais e, de não menos importância, a supervisão da dinâmica da equipa do STIP, com a consequente apropriação de maior e melhor conhecimento da equipa, por parte da coordenação. Quanto aos materiais, a avaliação do seu impacto no serviço ficou parcialmente comprometida, uma vez que alguns desses recursos só foram disponibilizados tardiamente, sendo pertinente proceder a esta avaliação no futuro.

Concretizados os requisitos identificados à partida pela equipa do STIP e seus parceiros, para corresponder às necessidades da comunidade onde aquele serviço se insere, foi possível proceder à monitorização e avaliação das suas actividades.

Decorrente das condições proporcionadas, evidenciaram-se repercussões nas diferentes áreas e estratégias de intervenção do STIP, tanto ao nível comunitário como na intervenção com as crianças e suas famílias.

Neste sentido, aumentou a diversidade e quantidade de respostas sociais de cariz preventivo, abrangendo novas freguesias do concelho, diversificando também a população alvo, assim como as suas problemáticas.

Ao nível da intervenção com as crianças e suas famílias, o projecto permitiu o aumento significativo do número de crianças/famílias atendidas. Outra consequência importante, foi a diminuição do número de casos em lista de espera, que, num dos anos, foi mesmo eliminada. A sua eliminação definitiva só não foi possível devido à diminuição de recursos humanos decorrentes de alterações alheias ao projecto.

Outro ganho registado, apesar de um pouco inconstante, foi a diminuição do tempo de espera para o primeiro atendimento, o que, no âmbito da Intervenção Precoce, constitui uma enorme importância e uma prática recomendada. Como atenuante da inconstância acima referida, é de realçar o número elevado de novas sinalizações em cada ano lectivo, às quais só foi possível responder através da flexibilização e reorganização do serviço.

No âmbito dos cuidados de saúde, regista-se uma nova parceria de extrema importância e facilitadora na intervenção nos cuidados de saúde mental. Assinala-se também o aumento de recursos materiais de ajudas técnicas e adaptações, cuja acessibilidade atempada é vital em idades precoces tanto em termos de prevenção secundária como terciária.

Em termos de acesso a formação profissional e ao consequente aumento de competências, importa realçar a maior oportunidade criada e usufruída por toda a equipa do STIP, assim como, numa dimensão de intervenção e articulação comunitária, a expansão desta mais valia aos profissionais parceiros da comunidade. Este aspecto parece traduzir a importância que o STIP atribui ao envolvimento dos outros recursos da comunidade na implementação da Intervenção Precoce.

De um modo geral, os diferentes recursos materiais também tiveram repercussões nas condições técnicas e de trabalho dos profissionais, com o consequente aumento da qualidade do serviço prestado, assim como na relação e envolvimento das famílias. Alguns dos novos instrumentos utilizados para planear a intervenção proporcionaram mesmo uma maior apropriação e envolvimento por parte das famílias.

Conforme esperado, a devolução das conclusões preliminares no decorrer do projecto, proporcionou mudanças internas na equipa do STIP, nomeadamente ao nível da sua organização, dos seus procedimentos de intervenção, dos instrumentos utilizados e da quantidade de informação prestada às famílias, constituindo-se como factor de mudança no sentido da qualidade, tanto mais que deram origem à redefinição de objectivos e prioridades para o plano de actividades da equipa.

Também decorrentes das conclusões preliminares devolvidas ao STIP, distinguiram-se o início de algumas actividades destinadas à divulgação do serviço junto de grupos específicos e da comunidade em geral.

No final do projecto vislumbravam-se parcerias e acordos de cooperação de forma a dar continuidade aos ganhos adquiridos com o projecto, nomeadamente em relação ao número de recursos humanos afectos para as actividades de Intervenção Precoce, o que inequivocamente se pode atribuir à dinâmica comunitária consequente do projecto agora relatado.

Os dados e instrumentos elaborados com este Projecto, constituem um recurso para as diversas equipas de intervenção precoce que a nível nacional se interessem pelas temáticas abordadas no actual Projecto. A divulgação dos instrumentos utilizados, da metodologia delineada e de conclusões preliminares iniciou-se mesmo antes do término do projecto.

Pelo exposto, poder-se-á concluir que o impacto do Projecto no STIP manifestou-se, de uma forma global e muito positiva, nos aspectos organizativos e de funcionamento, mas também na sua relação com a comunidade em geral e com as crianças e famílias, em particular.

Ao longo dos três anos do projecto, a equipa viu-se confrontada com alguns constrangimentos, não previstos inicialmente, que obrigaram a algumas alterações. Sendo desde o início, e assumidamente, um projecto focado num único serviço, as conclusões retiradas não poderão ser generalizadas para as práticas de intervenção precoce em Portugal, o que pode entender-se, também, como uma limitação.

No entanto, o projecto parece ter cumprido os seus objectivos, relativamente à mais valia que as suas conclusões e produções possam vir a constituir para a Intervenção Precoce em Portugal e em particular para o desenvolvimento da equipa do STIP e da sua acção na sua comunidade de pertença.

Referências bibliográficas

- Almeida, I., C. (2000). Evolução das teorias e modelos de Intervenção Precoce - Caracterização de uma Prática de Qualidade. *Cadernos CEACF*, 15/16, 29-46
- Almeida, I., C. (2008). *Estudos sobre a Intervenção Precoce em Portugal: Ideias dos Especialistas, dos Profissionais e das Famílias*. Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Não publicado
- Bairrão, J. & Almeida, I.C. (2002). *Contributos para o estudo das práticas de intervenção precoce em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Bailey Jr., D. B. (2001). Evaluating Parent Involvement and family Support in Early Intervention and Preschool Programs. *Journal of Early Intervention*, vol. 24 (1), 1-14
- Cruz, A.I., Fontes, F. & Carvalho, M.L. (2003). *Avaliação da Satisfação das Famílias apoiadas pelo PIIP: Resultados da aplicação da escala (ESFIP)*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Dunst, C. & Bruder, M.B. (2002). Valued Outcomes of Service Coordination, Early Intervention and Natural Environments. *Exceptional Children*, vol. 68, 3, 361-375.
- Flores, A. (1999). Stress Maternal e Redes de Suporte Social - um estudo com mães de crianças com Síndrome de Down. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Motricidade humana da Universidade Técnica de Lisboa. Não publicado
- Gronita, J. (1996) "Intervenção Precoce: A criança e a família". Comunicações na Conferência Europeia "Desafios Éticos na Atendimento da Pessoa Com Deficiência Profunda", FENACERCI, 3163 (Online). Lisboa disponível em: <http://www.fenacerci.pt/infotec/docs/txt3163.doc>
- Gronita, J., Bernardo, A., Marques, J. & Matos, C. (2006a). O Processo de construção de Boas Práticas em Intervenção Precoce. In *Actas do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Évora.
- Gronita, J. Bernardo, A., Marques, J. & Matos, C (2006b). O processo de construção de Boas Práticas. Comunicação apresentada no Congresso HispanoPortuguês de Intervención en los Transtornos del Desarrollo. Santiago de Compostela.

- Gronita, J., Bernardo, A., Marques, J. & Matos, C. (2008). Relações Interpessoais em Famílias com Crianças Pequenas. Práticas em Intervenção Precoce. *Internacional Journal of Developmental Educational Psychology*, INFAD Revista de Psicologia, Ano XX (1): 43- 54.
- Hauser-Cram, P., Warfield, M. E., Upshur, C. C. & Weisner, T. S. (2000). An Expanded View of Program Evaluation in Early Childhood Intervention in J. P Shonkoff & S. J. Meisels (Eds.) *Handbook of Early Intervention*, pp. 487-509. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pimentel, J. S. (2005). *Intervenção Focada na Família: desejo ou realidade*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Sandall, S., Hemmeter, M.L., Smith, B.J. & Mclean, M.E. (2005). *DEC Recommended Practices-A Comprehensive Guide for Pratical Application in Early Interventio/Early Childhood/Special Education*. Sopris West
- Veiga, M.E. (1995). *Intervenção precoce e avaliação – estudo introdutório*. Porto: O Fio de Ariana.